



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0012016-15.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Uso de documento falso**  
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 3929/2015 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 2012/2015 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 289/2015 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **EDIVALDO CONSTANTE MOREIRA**

Aos 13 de junho de 2016, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **EDIVALDO CONSTANTE MOREIRA**, acompanhado do Defensor Público, Dr. Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro. Iniciados os trabalhos foi inquirida a testemunha de acusação Fabio Antônio da Silva Buzatto, em termo apartado. Ausente a testemunha de acusação Luan Guerreiro Pereira. Houve desistência da oitiva dessa testemunha, o que foi devidamente homologado, sendo o réu interrogado ao final, o que foi feito também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu admitiu que comprou a CNH e sabia que a mesma era falsa. O policial que foi ouvido disse que suspeitou da falsidade e que por isso procurou fazer pesquisa junto ao DETRAN, que confirmou a falsidade. Apesar das suspeitas do policial que esteve nesta audiência, deve ser observado que não se trata de falsidade grosseira, tanto que ao ser interrogado nesta data o réu disse que em ocasião passada também já foi abordado em uma fiscalização de trânsito e exibiu esta mesma CNH, ocasião em que foi liberado, o que significa que naquela ocasião sequer houve desconfiança quanto à autenticidade deste mesmo documento, o que prova que o mesmo tem aptidão para enganar, inclusive policiais militares que estão acostumados a examinar este tipo de documento. O laudo encartado aos autos mostra a materialidade do crime. Isto posto requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. Como é primário poderá ter sua pena substituída por pena restritiva de direito, especialmente prestação de serviços à comunidade, nos termos do artigo 44 do CP. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: O réu é confesso e a confissão está em harmonia com o restante da prova, o que autoriza ao final na aplicação da atenuante prevista no artigo 65, III b, do CP. Destaca de que a confissão foi precedida de entrevista reservada com a Defesa e que portanto expressa a liberdade e autonomia do acusado. Requer-se a aplicação da pena mínima, benefícios legais, notadamente pena alternativa e por fim a concessão de recorrer em liberdade. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. EDIVALDO CONSTANTE MOREIRA**, RG 43.348.498, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 304, c.c. o artigo 297, “caput”, ambos do Código Penal, porque no dia 16 de novembro de 2015, por volta das 22:50hh, na via pública que dá acesso à Estrada da Servidão, bairro Jardim Zavaglia, nesta cidade, EDIVALDO fez uso de documento público falso, no caso uma Carteira Nacional de Habilitação (CNH), constando o número de espelho 377369851, materialmente falsificada, conforme laudo pericial. Segundo foi apurado, na ocasião, policiais militares faziam uma operação bloqueio no local acima indicado, quando então eles pararam o denunciado, o qual pilotava uma motocicleta de placa CDR-8171; durante a abordagem, o denunciado exibiu aos policiais a Carteira Nacional de Habilitação acima mencionada, expedida em seu nome. Na



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

ocasião, foi procedida uma pesquisa junto ao Detran, quando os policiais descobriram que a CNH exibida pelo denunciado não era cadastrada junto àquele órgão de trânsito, motivo pelo qual ele foi preso em flagrante. Ao ser ouvido, o denunciado admitiu que comprou a CNH de um desconhecido e que não se submeteu a exames, como se exige para alguém se habilitar a dirigir veículo. Exame pericial comprovou a falsidade material da CNH exibida pelo indiciado. O réu foi preso em flagrante, sendo concedido ao mesmo a liberdade provisória sem fiança (página 45). Recebida a denúncia (página 80), o réu foi citado (página 89/90) e respondeu a acusação através de seu defensor (páginas 95/96). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foi inquirida uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a aplicação da pena mínima levando em consideração a confissão espontânea. **É o relatório. DECIDO.** O réu foi abordado em um comando de trânsito quando pilotava uma motocicleta. Nessa abordagem exibiu uma CNH que foi apreendida porque na pesquisa a mesma não estava cadastrada. O réu confessou que efetivamente comprou a CNH de desconhecido justamente porque não estava conseguindo ser aprovado no exame escrito para obtenção do documentos pelos meios legais. O laudo pericial de fls. 74/77 comprova a materialidade porquanto o perito atestou que realmente a CNH que o réu portava é falsa. Não se trata de falsidade grosseira, bastando observar o documento que foi apreendido. O próprio réu admitiu que já tinha sido fiscalizado em outra ocasião e a falsidade passou despercebida. Assim o delito está caracterizado, impondo-se a condenação. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60, do Código Penal, que o réu é primário e ainda confesso, fixo a pena no mínimo, ou seja, em dois anos de reclusão e 10 dias-multa, no valor mínimo, que torno definitiva à falta de outras circunstâncias modificadoras. **Condeno, pois, EDIVALDO CONSTANTE MOREIRA, à pena de dois (2) anos de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 10 dias-multa, no valor mínimo, por ter infringido o artigo 304, c.c. artigo 297, do Código Penal.** Presentes os requisitos legais, concedo-lhe o “sursis”, por dois anos, com a obrigação de não mudar de endereço sem prévia comunicação e comparecer mensalmente em juízo para justificar suas atividades. A admonitória será realizada oportunamente. Em caso de cumprimento da pena o **regime será o aberto.** Deixei de substituir a pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direito, por entender ser esta medida mais gravosa para o réu do que a concessão do “sursis”. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. **Oportunamente, destrua-se o documento falso que foi apreendido.** Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, \_\_\_\_\_ CASSIA MARIA MOZANER ROMANO, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEFENSOR:

Réu: